CONTRIBUIÇÕES DA IMPRENSA PERIÓDICA ESPECIALIZADA PARA OS ESTUDOS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: a revista *A Eschola Publica* e as disputas pela hegemonia do campo educacional paulista (1893-1897)*

Adriana Aparecida Pinto**

RESUMO: O trabalho do historiador, em específico do historiador da educação, pode ser comparado a um trabalho de garimpagem; garimpagem de fontes documentais, dos momentos históricos, dos arquivos e acervos para, assim, revelar detalhes ainda não conhecidos sobre a história dos lugares, das pessoas e das instituições. No tocante à produção historiográfica da educação, a partir da década de 1980 é possível observar mudanças em relação ao reconhecimento desta como área de pesquisa e dos objetos de estudo como, de fato, elementos que contribuem para a produção de conhecimento no campo da História. Segundo Antonio Nóvoa, "a história da educação tem sido considerada como uma 'disciplina menor' tanto por uns como por outros: uns consideram-na um prolongamento, algo marginal da história; outros não lhe concedem o espaço de intervenção pedagógica que lhe pertence" (1992: 216). Nesse sentido este artigo tem a pretensão de contribuir para vislumbrar uma das possibilidades de pesquisa em História da Educação, a partir da seleção de fontes documentais relativas à imprensa periódica educacional, em especial revistas de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa periódica educacional, história da educação, organização educacional paulista

ABSTRACT: The historian's works, in specific historian from education, can be compared to a work of prospect, prospect about source documents, of the historical moments, of the archives and great loads for, this way, to reveal details that still don't known about the history of the places, of the people and institutions. At regarding to production historiography of the education, from 1980 decade it's possible to observe changes with relation to re-knowledge of that as search area and of the objective studies as in

* As reflexões presentes neste texto integram a pesquisa realizada por ocasião da dissertação de mestrado intitulada "*A Eshola Publica*: um estudo da pedagogia paulista (1893-1897)".

** Professora Assistente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Coxim.

fact, elements which contribute to a production of knowledge inside field of History. Second Antonio Nóvoa, "The education history has been considered as a 'small discipline' so for one than for others: One considers it an extension, some delinquent of the history; others don't give it space of educational intervention that it's theirs" (1992: 216) In this respect this article has an intention to contribute to shine it up one of these possibilities of search in Educational Historical, from the selection of sources documents relatives to periodic educational press, in special magazines of teaching.

KEYWORDS: periodic educational press, history of the education

INAUGURANDO UMA NOVA FASE NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PAULISTA?

A história da educação paulista toma novos rumos com a mudança no sistema político-administrativo no Brasil, em 1889. A partir desta data ocorre uma série de iniciativas em prol da instrução pública, ainda inexistente enquanto sistema organizacional de educação, não havendo, tão pouco, um aparato institucional que viabilizasse o acesso aos bancos escolares, inclusive das camadas populares.

O período de 1890 a 1896, conforme descreve Reis Filho (1981) é rico e decisivo para a determinação de alguns valores que caminham com a nossa história da educação. A abolição da escravatura e a transição do sistema de governo monárquico para o republicano foram igualmente decisivas para marcar a trajetória do ensino paulista e a história da instrução pública no país, muito embora a preocupação no tocante à instrução venha sendo destacada, ao menos no âmbito das propostas, desde meados de 1870. A organização escolar, implantada em função das novas necessidades do país, marca de forma duradoura a evolução do ensino brasileiro, expressivamente o ensino no Estado de São Paulo, possibilitando fornecer modelos e exercer influência organizacional sobre outras unidades da Federação (REIS FILHO, 1981).

A estrutura educacional herdada do Império sofreu várias alterações a começar pela desvinculação entre Estado e Igreja, instaurando a necessidade de romper com o ensino das escolas confessionais ou com o modelo calcado nas aulas avulsas ou régias, herdadas do modelo pombalino de educação[1]. A criação/construção de espaços, no que se refere aos prédios

[1] Sobre as reformas pombalinas na educação conferir: CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas na instrução pública*. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1978.

para abrigarem os grupos escolares está calcada no primado da visibilidade (CARVALHO, 1989, p. 55), ou seja, obras de alcance visível aos olhos da população, no intuito de dar credibilidade e legitimidade ao projeto educacional pretendido para o país deste momento em diante, implicando em mudanças que seriam perceptíveis as marcas do progresso alardeado neste começo do século, retirando o país do "atraso educacional" em que se encontrava.

Proclamada a República, uma das primeiras iniciativas de Prudente de Moraes, à época (1889-1890) governador da Província de São Paulo, quando assume a presidência do Congresso Nacional Constituinte(1890-1891), resultou na radical reforma da instrução pública, a fim de implantar solidamente no espírito do povo os princípios democráticos da nova forma de governo (REIS FILHO, 1981, p. 14-19). A instrução que passa a ser ministrada deste período em diante tem suas formulações didático-metodológicas balizadas a partir do modelo europeu, produzindo assim "hábitos, idéias, gostos, maneiras de pensar, agir e sentir [que] referiam-se diretamente à sociedade européia." (COSTA, 1980, p. 21). Segundo Souza os republicanos estavam igualmente deslumbrados com o modelo de organização do sistema escolar americano:

> No bojo desse processo, [de desenvolvimento e implantação de um sistema educacional], a escola primária foi '(re)inventada': novas finalidades, outra concepção educacional e organizacional de ensino. O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação. (SOUZA, 1998, p. 29).

Desta forma, a implantação da escola graduada passaria a representar a ruptura real com o regime monárquico, sendo um marco entre o "passado do obscurantismo" e o "futuro luminoso" na expressão de Carvalho (1989, p. 54). Decorrem, portanto, uma série de transformações gradativas na estrutura social do país, especificamente do estado de São Paulo. Estes aspectos apontados por esta autora são fundamentais para a compreensão do que, nos dias atuais, entendemos como sistema público de ensino.

Não bastando somente elevar a educação a níveis distintos daqueles que vinha ocupando até o momento, observa-se também neste período a preocupação emblemática com os métodos de ensino, pois não seria suficiente *ensinar*, era necessário, primeiramente *saber ensinar*. A adoção de méto-

dos de ensino o tornaria mais produtivo e sistematizado, proporcionando atendimento mais eficiente e eficaz às necessidades do modelo administrativo em vigência.

Conjuntamente à preocupação com os métodos estava a necessidade de preparar os professores para aplicarem estes métodos de ensino. Identifica-se, pois, a importância e relevância da revista *A Eschola Publica,* a qual dentre outras publicações, lançadas no início do período republicano, torna-se responsável pela difusão das bases educacionais consideradas ideais para o período. Havia a preocupação latente com a adoção de metodologias de ensino, que pudessem oferecer aos alunos das camadas populares conhecimentos para além daqueles os quais vinham se pautando as atividades de ensino até então. A aquisição deste conhecimento seria baseada em um método que não ficasse apenas na memorização e repetição dos conteúdos apreendidos, e sim na interação dos sujeitos com este conteúdo por meio da intuição. Os textos da publicação refletem a função atribuída também à imprensa, na instrumentalização dos professores para a adoção e prática desses métodos, sendo assim representada:

> grandes reformas decrutadas entrarão em breve em execução e o professorado publico paulista talvez se encontre diante de grandes embaraços para secundar os esforços do legislador. É então que a nossa folha poderá prestar um valioso auxilio a todos os professores bem intencionados, pois que nos é fácil, a nós reunir informações e mesmo instrucções sobre a execução dos proggramas do curso preliminar, que se acham em elaboração. (*EP,* Editorial, n. 4, 1893).

A orientação dada pelos editores, em *A Eschola Publica*, demonstra o envolvimento no processo de conformação e organização das reformas no contexto educacional do país. Ainda sobre a questão dos métodos de ensino, os editores defendem a seguinte posição:

> Somos dos que pensam que todo professor bem intencionado é um combatente para a causa que defendemos, quaesquer que sejam as suas habilitações. Por isso daremos publicidade em nossas columnas a pequenos trabalhos praticos de pedagogia que nos enviarem as escholas publicas, tanto da capital como do interior. Esses trabalhos poderão versar sobre animaes da nossa fauna e plantas de nossa flora, constando de pequenas descripções de seus costumes e applicações sob o ponto de vista da utilidade humana (...) não promettemos artigos litterarios, nem scientificos: escreveremos o que pudermos, do modo que soubermos, tendo em vista o alvo que miramos: velar pelas *crianças, proporcionando aos professores publicos suggestões*

> *relativas ao ensino, suggestões que a Eschola Normal não poude, nem poderá dar-lhes tão cedo. Em nossa folha daremos modelos de lições apropriadas a cada gráo do curso preliminar; transcreveremos, adaptando ao nosso meio, entretanto, tudo que de util encontrarmos nas nações estrangeiras; aproveitaremos todas as informações que nos ministrarem as escholas publicas da capital e do interior.* (*EP*, Editorial, n. 01, 1893, grifos nossos).

A revista insere-se no bojo desta ampla movimentação política, social e cultural, configurando-se num instrumento, num primeiro momento, dos educadores para os educadores. Ou seja, a finalidade expressa da revista é inicialmente satisfazer uma "necessidade palpitante" no meio educacional com a publicação de uma revista pedagógica, como expresso na primeira edição de 1893. Este é um período em que as discussões acerca da instrução pública vinham ganhando espaço, implicando em novos personagens auxiliando o curso da história. Nagle (1974) considera este momento como de efervescência intelectual: profissionais da educação organizaram-se para a elaboração e veiculação desta revista que foi apenas a primeira de outras que a sucederam.

Ocorre que o modelo de educação transplantado para o Brasil, segmentava ainda mais o público-alvo desta educação, que não era necessariamente a camada popular. No entanto, para que a proposta de instrução pública lograsse êxito seria necessária a organização do sistema republicano, no seu aspecto econômico e social. A partir dessa constatação iniciam-se os esforços de organização de um sistema escolar, muito embora tais esforços se concretizem apenas a partir da década de 1990.

> o sistema de ensino brasileiro calcado no modelo europeu, conservou aferrado à tradição e com *limitada capacidade de renovação*[2], permanecendo por longo tempo um elemento exótico na paisagem cultural brasileira, porque as formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida no Brasil, poucas exigências faziam a seu sistema de ensino. (COSTA, 1980, p. 20).

Por outro lado,

> Adotar tais princípios pedagógicos não era questão que se circunscrevesse ao âmbito da adesão de um credo pedagógico. Tais princípios já se haviam incorporado em práticas e produtos culturais de povos mais civilizados e, por isto, sua adoção seria facilitada pelo transplante, para as escolas brasileiras, do saber-fazer condensado em tais práticas e produtos. Por isso era

[2] Grifos nossos.

> fundamental a importação de mestres estrangeiros. (...) Mas era também necessário, segundo o mesmo ponto de vista, importar materiais escolares, produtos industriais inexistentes no País que, condensando as experiências e os saberes pedagógicos modernos, podiam catalisar o processo de implantação de novas práticas nas salas de aula. (CARVALHO,1989, p. 56).

Assim sendo, este sistema educacional que dá os primeiros passos no que diz respeito à organização pode ser visto a partir de dois olhares diferenciados: num primeiro momento um olhar otimista, que reflete iniciativas em prol da instrução pública, voltadas de certa forma para as camadas populares, visto que o acesso a estas instituições passa a ser livre, ampliando as possibilidades desta parcela da sociedade; já num segundo momento, pode-se atribuir a esta iniciativa poucas vantagens, pois, de fato, o acesso a estas escolas fica restrito, na sua maioria, àqueles que já possuem uma cultura letrada, difundindo, portanto, elementos para consolidar a formação de uma elite.

Mas não se pretende entrar neste campo de discussões, muito fértil por sinal, e sim ilustrar que a organização do sistema educacional brasileiro não se deu de forma a atender basicamente as necessidades das camadas populares e sim de um sistema de governo que necessitava de uma massa minimamente instruída para "alavancar o progresso da Nação".

Como destaca Costa (1980, p. 37):

> O desajuste entre os padrões escolares e os padrões de educação e cultura da sociedade colonial e mesmo imperial, permaneceu velado porque nenhuma contradição de caráter excludente ocorria entre as camadas que se serviam da escola. Tal desajuste tornou-se manifesto, depois da República, através da contradição surgida no interior do próprio sistema escolar, representada pela coexistência de dois padrões escolares conflitivos: um para atender às necessidades sócio-culturais de uma sociedade aristocrática e patrimonialista, portanto de caráter seletivo e restritivo às camadas dominantes, o outro para atender às necessidades sócio-culturais de uma sociedade empenhada em estruturar-se em moldes capitalistas, portanto tendendo a estender-se a setores mais amplos da população.

Com base nos dados recolhidos dos Anuários de Ensino[3] e outras fontes que se dedicam ao estudo do tema - expansão do ensino primário- poder-se-a perceber como desenvolvia-se o nível de escolarização no Es-

[3] *Os Annuários de Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1927) constituem-se em um importante conjunto de documentos os quais veiculavam o discurso oficial do período.

tado de São Paulo no período o qual a publicação *A Eschola Publica* esta circunscrita.

A Reforma da Instrução Pública paulista efetivada com base na lei n. 88 de 1892, segundo o Relatório da Secretária do Interior de 1893 destacava que era :

> incontestável o progresso de São Paulo em todas as esferas da atividade social. O desenvolvimento das suas rendas, o desenvolvimento das estradas de ferro, a criação de novas indústrias, tudo atesta o desdobramento das forças, da riqueza deste Estado. Em um ponto, entretanto, não se pode desconhecer a lentidão com que tem marchado: é em relação a instrução popular. (apud REIS FILHO, 1981, p. 36).

Feita esta constatação pelos responsáveis pela instrução pública do período, a reforma acontece na intenção de sanar essas ausências, como por exemplo, a necessidade de formação de professores, a construção de prédios escolares, a obrigatoriedade do ensino, a elaboração de programas curriculares. Privilegia-se, sobretudo, a formação inicial, ou seja, o ensino primário.

A partir do *Regulamento da Instrução Pública* de 27 de novembro de 1893, que consolidou as normas para o ensino primário introduzidas pela Reforma de 1892, o ensino foi dividido em 3 níveis: primário, secundário e superior. O ensino primário seria, então, composto por dois cursos: Curso preliminar e Curso complementar.

O Curso Preliminar: obrigatório dos sete aos quinze anos e facultativo aos dezesseis, previa a criação de vários tipos de escola de acordo com as necessidades das localidades onde fosse implantado. Constituem esta estrutura de ensino:

- Escolas Preliminares: regidas por professores normalistas, ou habilitados em concurso, diferenciadas e exclusivas para cada sexo, sendo excepcionalmente mistas em alguns casos. Os professores tinham a função de educar física, moral e intelectualmente os seus alunos, por meio de lições mais empíricas do que teóricas. Este curso, com duração de quatro anos, compreendia as seguintes matérias: Leitura e dedução dos princípios da gramática; Escrita e Caligrafia; Cálculo Aritmético sobre números inteiros e frações; Geometria Prática (taximetria) com as noções necessárias para suas aplicações à medição de superfícies e volumes; Sistema métrico decimal; Desenho à mão livre; Moral Prática; Educação cívica; Noções de Geografia geral; Cosmografia; Geografia do Brasil; Noções de física, Química e História Natural; História do Brasil e Leitura sobre a vida dos

grandes homens; Leitura de musicas e Canto; Exercício ginásticos e militares, trabalhos manuais apropriados à idade e ao sexo[4]. No quarto ano era fornecido ao aluno um atestado de habilitação no Curso Preliminar.

- Grupos Escolares: criados para reunir de quatro a dez escolas em um mesmo prédio. Segundo Reis Filho, "em cada Grupo Escolar existia um diretor e tantos professores quantas fossem as escolas (classes, como serão chamadas) reunidas" (REIS FILHO, 1981, p. 119). Os alunos eram distribuídos por classes e sexo, contemplando os 4 anos do curso preliminar. De acordo com este autor, este sistema foi o que melhor atendeu as necessidades do sistema educacional em expansão.
- Escolas Intermédias: tinham como características serem regidas por professores não normalistas e habilitados de acordo com o Regulamento de 18 de abril de 1869, os chamados "Professores de Palácio". Os vencimentos dos professores destas escolas eram menores e o plano de estudo reduzido em comparação com a escola preliminar.
- Escolas Provisórias: regidas por professores interinos habilitados por concurso perante os inspetores de ensino, segundo o Regulamento de 27 de novembro de 1893, de caráter precário, possuía plano de estudos mais reduzido que a escola intermédia.
- Escolas Ambulantes: tinham como característica serem criadas em lugares "que as circunstâncias exigissem"(REIS FILHO, 1981, p. 121). Cabia a regência destas escolas a professores do sexo masculino, a não ser quando houvesse classes mistas.
- Escolas Noturnas: criadas pela Lei no. 88, de 1892. Eram gratuitas e deveriam existir em todos os lugares onde houvesse freqüência provável de 30 alunos, destinando-se a fornecer conhecimentos indispensáveis a alunos do sexo masculino, maiores de dezesseis anos que não pudessem freqüentar outras escolas: destinadas necessariamente a educação de adultos, não havia direcionamento para a atividades ligadas à alfabetização e sim para fins profissionalizantes.

O curso complementar estava destinado àqueles alunos que já obtinham o diploma do curso preliminar, tendo a duração de quatro anos, tendo como objetivo um ensino voltado à cultura geral. Passou por algumas transformações, incluindo a habilitação de seus alunos como professores (adjuntos das escolas preliminares). Mesmo sem oferecer nenhuma

[4] Regimento Interno das escolas públicas do Estado de São Paulo In: REIS FILHO, Casemiro. *A educação e a ilusão liberal*. p. 118

disciplina pedagógica foi anexado a escola normal, como escola modelo para professores-mestres, passando a constituir-se, por assim dizer, em escola de formação de professores primários a partir de 1896.

- Escolas Complementares: estas escolas destinavam-se aos alunos habilitados no curso preliminar, tinham a duração de quatro anos, eram gratuitas, mas em função das modificações efetivadas pela Lei n. 374 em 1895, e pelo Decreto 397 de 1896, deixa de ser um curso de formação da cultura geral e educação popular com duração de oito anos (incluindo-se o curso preliminar) para constituir-se em ensino normal, formando os chamados professores complementaristas.

Da organização sistematizada do ensino surge a necessidade de criar estabelecimentos nos quais se pudesse reunir o maior número de escolas, originando a idéia dos grupos escolares[5]. As escolas eram sinônimo do que atualmente se conhece como 'classes', reunidas. Esta experiência tinha o intuito de ajustar-se às novas condições urbanas de concentração da população, facilitando a homogeneização do ensino atingindo, portanto, um número maior de alunos em um período menor de tempo. Nesse sentido,

> a criação dos grupos escolares surge portanto no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular - uma entre as várias medidas de reforma da instrução pública no Estado de São Paulo implementadas a partir de 1890. A implantação dessa nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação pública do estado e na história da educação do país. Introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República. (SOUZA, 1998, p. 30).[6]

Inserido nesse clima de reformas e iniciativas em função da sistematização da instrução pública, o estado de São Paulo toma frente e caminha desenvolvendo um sistema de ensino direcionado às necessidades de implantação da instrução, que posteriormente seria adotado como modelo por outras unidades da Federação, de acordo com Degani (1973, p. 57)

[5] Sobre a formação e constituição dos grupos escolares no estado de São Paulo, ver o estudo de SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização:* a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1891-1910). Editora Unesp, 1998.

[6] Sobre a história da instrução no período imperial faz-se interessante a leitura da obra de caráter memorialístico de João Lourenço Rodrigues, intitulada *Um retrospecto* (1930), na qual o autor com base na sua história de vida vai relatar fatos de sua trajetória desde aluno até chegar a professor da Escola Normal.

> A eficácia da instituição fez com que se estendesse a rede dos grupos por todo o Estado. Com a reforma de 1897-1898 teve-se em vista a qualidade da organização desses estabelecimentos: queria-se a organização regular e uniforme dos grupos tanto da capital como do interior segundo as normas praticadas na escola modelo da Capital.

A grande crítica feita a este "desenvolvimentismo educacional" é a preocupação constante em multiplicar o número de escolas sem contar com um aparato organizacional para administrá-las, tornando-as inócuas no que diz respeito ao ideal pedagógico de instrução para as camadas populares.

Estes fatores apresentados até o momento têm como objetivo ilustrar o momento histórico no qual surge a revista *A Eschola Publica,* ou seja, objetivando atender uma demanda em formação de profissionais, sobretudo no que diz respeito à aquisição de conhecimentos teóricos-metodológicos, caracterizando-se como iniciativa benemérita para período, como pode-se perceber por meio da própria publicação expressa na fala de congratulação de Arthur Raggio Nóbrega:

> o professorado paulista desunido, precisa de um orgam que o dirija, de um centro que o oriente, de uma verdadeira folha de combate, em que pugne por seus interesses, em que planteie os seus brios, em que espalhe em que diffunda sua atividade intelectual e moral - cumprindo sua missão, santa, nobre, grandiosa, augusta, imorredoura! (*EP* n. 2, 1893).

A revista *A Eschola Publica* surge, portanto, como "menina dos olhos" aos normalistas do período, mesmo sendo portadora de um discurso que ora compactua com iniciativas e práticas do poder público ora tece críticas contundentes relativas ao descaso com relação à instrução por parte dos responsáveis pela sua organização, ainda sim não deixa de modo algum de ser eloqüente. Signatária de um 'nacionalismo paulistano', conforme qualifica de De Luca (1999, p. 308), esta revista pode ser tida como "testemunho pungente e encorajador contra as simplificações impostas por um determinado discurso histórico" (DE LUCA, 1999, p. 308).

A expansão quantitativa da modalidade de ensino primário, portanto, resultou do crescimento demográfico e imigratório, imputado ao período em questão, criando assim uma demanda potencial de educação intensificada pelo processo de urbanização e industrialização. Trouxe consigo a possibilidade de melhoria de emprego e de nível de vida.

Não se pode negar o valor e a importância dos reformadores educacionais do início da República. Caetano de Campos, Gabriel Prestes dentre outros vão demonstrar concretamente a função que a escola deveria exer-

cer neste período que se instaurava, de forma organizada e sistematizada, sendo a reforma paulista do ensino em 1892, precedida pela reforma da Escola Normal em 1890[7], o primeiro projeto de execução, organização e sistematização do ensino primário[8].

O Estado de São Paulo, enquanto unidade da federação que alardeava o progresso e a idéia de nação, investiu consideravelmente na instrução pública, implementando reformas, construindo prédios escolares como se pode perceber por meio dos textos da revista:

> A maior dificuldade no ensino é a organisação escolar, e esta nunca se aproximará da perfeição enquanto cada eschola não tiver edifício próprio para funcionar. Daqui se deprehende a grande necessidade de construírem-se predios para escholas a este respeito é digna de attenciosa leitura um importante artigo do passado que publicou o Estado, o qual não transcrevemos em razão do limite de espaço em que dispomos. (*EP* n 3,1893).

Para que a população pudesse ter acesso à instrução de modo mais abrangente, investiu-se na formação dos professores com a reforma da Escola Normal. Estas, dentre outras iniciativas, colaboraram positivamente para o início de uma organização sistemática no tocante à instrução do período. João Lourenço Rodrigues (1930, p. 234-5) destaca a iniciativa de São Paulo direcionada aos professores, afirmando que:

> cabe ao Estado de São Paulo inegavelmente a honrosa precedencia de haver creado a primeira escola publica do ensino reformador. É facto historico de nossa restauração mental que deste fertil torrão partiu o grito de alarma para a reforma de velhos typos de ensino. É este o momento de relembrar ainda uma vez a memoravel administração do Dr. Prudente de Moraes, o reformador desta Escola, e o interlocutor dos novos methodos que haveis aprendido, srs (*sic*) professores, e que continuareis a aprender e a divulgar para gloria de vossa terra e benefício da humanidade.

---

[7] Para Caetano de Campos a implementação da Escola Normal e a Escola Modelo eram fundamentais para que os professores então formados pudessem desempenhar de modo pleno sua atividade em prol da instrução pública como pode-se perceber em sua fala: "A chave de toda evolução do ensino escolar, com concebe o decreto de 12 de março [de 1890], repousa sobre a pratica que devem ter os alumnos mestres na escola-modelo, mais do que sobre a ampliação do curso superior com a creação de novas cadeiras. Toda a erudição que elles puderem colher no curso superior da Escola, de nada lhes valerá se não forem á escola das crianças aprender como ellas são manejadas e instruidas. É ahi que se revelará aos olhos dos futuros professores o mundo, novo para elles, de ensino intuitivo." (apud RODRIGUES, 1930, p. 200).

[8] Ver sobre: Moreira, José Roberto. Introdução ao Estudo do currículo na escola primária. Cileme, publicação n. 07. MEC-INEP In: REIS FILHO, Casemiro. *A educação e a ilusão liberal*, p. 06

Em janeiro de 1890 o jornal *O Estado de São Paulo*, sob a direção de Rangel Pestana, já destacava a importância da instrução para o período. Segundo seu diretor

> Há uma outra refórma importante e urgente que deve ser feita neste período de transformação – a da instrucção publica (...) impossível no dominio dos partidos monarchicos, porque cada um delles queria ter o ensino nas mãos, como arma eleitoral, preferindo contar os votos do professores a dar boa instrucção ao povo, (..) com o desapparecimento dos velhos partidos é preciso coincidir a refórma da instrucção publica (...) a reforma do ensino no Estado não deve ter nenhum fim eleitoral. A não ser assim, ficará muito abaixo do nível do nosso desenvolvimento material (...) A Republica é uma organisação do Patriotismo. (*apud* RODRIGUES, 1930, p. 182).

Rodrigues (1930, p. 428) ilustra este fato afirmando que

> quando as outras unidades da Federação no intuito de reformar os seus velhos moldes didacticos, appellaram para São Paulo, solicitando o concurso de seus professores, ellas afirmaram por este facto o primado da terra dos bandeirantes em matéria de organização didactica, reconheceram os progressos methodologicos que della fizeram um paradigma. Nada menos que dez Estados dão testemunho disso: Santa Catharina, Para'na, Matto Grosso, Goyaz, Espírito Santo, Sergipe, Pernambuco, Piauhy, Ceará e o próprio Districto Federal.

Carvalho (1989) aponta que apesar destes ideais de sociedade composta por indivíduos autônomos, a república mantinha-se fechada no círculo das elites educadas, mas isto não implica dizer que o acesso a instrução popular pelas massas estivesse completamente fora dos propósitos liberais desta república que ora se instaurava.

Para a educação, a República reservava a função de "dar forma a um país amorfo, transformar os habitantes em *povo,* de vitalizar o organismo nacional, de construir a nação" (CARVALHO, 1989, p. 09). Tinha-se a visão, neste período, de que a multiplicação das instituições escolares, a disseminação da instrução pública, enfim, a escolarização do homem, sendo esta considerada pelos republicanos como o meio mais rápido de aceleração histórica, objetivando incorporar grandes camadas da população, colocaria o Brasil no caminho das grandes nações.

Esse ideal progressista permeia toda *A Eschola Publica*, como se pode perceber pelo seu discurso

> é com imensa satisfação que observamos o movimento que se tem ultimamente desenvolvido por parte do

> ensino primário. Similhante manifestação honra sobre modo o nosso pujante Estado, apresenta um aspecto extremamente auspicioso para a causa que defendemos e coincide com a posse do poder estadual num governo que tem procurado erguer o ensino popular a altura que merece tal ramo do ensino publico pugnando assim pelos interesses dos pequeninos, dos cidadãos do amanhã, e consolidando por esta fórma ás instituições democráticas. Mas não bastam a iniciativa particular e a boa vontade vontade do Governo do Estado: é necessário também que os municípios tragam seus contingentes para a gloriosa campanha encetada, pois, que são elles directamente interessados nas difusão do ensino popular. (*EP* n. 3, Editorial, 1893).

A educação tinha, de acordo com a ideologia republicana, portanto, a função de moldar o povo conforme os anseios da elite que estava no poder. O sonho da República era espalhar as luzes da instrução para todo o povo brasileiro, buscando a democratização da sociedade. O que não foi objetivamente possível, tendo estes anseios que passar por uma transformação histórico-social e adequação ao período. Da República dos sonhos, restou a República possível, na visão de Nagle (1974)[9]. Em meados de 1910 esse desânimo converte-se em bandeira de luta em função de uma reorientação do pensamento devido as reflexões provocadas pela 'crise do republicanismo'. Acrescenta-se neste momento a importância da escola para solucionar os problemas da nação.

Para *A Eschola Publica:*

> a República encontrou um povo de analphabetos e na pequena porcentagem de alphabetados reina a maxima inscipiencia de leis civicas e moraes, o mais negro desconhecimento e desrespeito a tudo quanto é para engrandecimento intellectual do povo (...) associar, pois governo, povo e professores na grande obra da solidificação da República pela educação popular - tal é o grande serviço que os inspectores de districto poderão prestar a nosso Estado, si souberem usar com prudencia a autoridade com que a lei os investiu. (*EP*n. 5, 1893).

A escola foi, em função das necessidades deste sistema de governo vigente

> o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o Progresso. (CARVALHO, 1989, p. 23).

[9] Ver: NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*, 1974.

Para a República, parecia que o ideal educacional de instrução popular, ideal este também proclamado nas páginas de *A Eschola Publica* como demonstrou-se anteriormente, sobrepunha a todos os outros, sendo imprescindível para a obtenção do *status* de nação. Costa (1980, p. 9-10) destaca que:

> um dos indicadores do esforço extraordinário dos poderes públicos na universalização do ensino primário pôde ser expresso por meio da verificação da redução das taxas de analfabetismo no Estado de São Paulo, nos anos subsequente à queda do Império. (...) No entanto, fomos levados a reconhecer que o extraordinário crescimento de matriculados no sistema paulista de educação restringia-se ao ensino primário face à relativa estagnação dos demais níveis.

Todo destaque para a educação era demonstrado principalmente na construção e inauguração dos prédios escolares. Críticas severas foram feitas ao Império por causa dos parcos investimentos em educação e elogios sem fim eram tecidos sobre a estrutura física destes prédios, como demonstra de maneira esclarecedora a fala de Carvalho (1989, p. 24-5):

> À visão do luminoso templo laico levantado com recurso que o Império havia destinado à construção de uma catedral, contrapunham-se visões tenebrosas da velha ordem: casas sem ar e luz, meninos sem livros, livros sem métodos, escolas sem disciplina, mestres tratados como párias'. No retrato da educação do Império, a falta de recursos 'trazia a estímulos, o desânimo e a escola pública era, em geral, a penitenciária do menino e o ganha-pão do mestre'. Dessas escolas não se poderiam obter nem educação cívica, nem 'preparação para satisfazer as necessidades da vida ou para desempenhar as funções sociais, que o regime representativos exige', nem 'preparo da mentalidade infantil para receber as idéias que por ampliação se lhe deveriam incutir nos anos superiores'. Por isso, resolvido o problema econômico, o social e o político, o governo republicano ter-se-ia voltado para o da instrução. edifício que então se inaugurava era resposta dos governos republicanos a uma sociedade inteira que, cansada de enviar os filhos ao estrangeiro 'para mendigar o saber que aqui não se podia obter', e entristecida em ver os cárceres repletos, teria bradado com Goethe: Luz! Luz! Mais Luz![10]

A pedagogia utilizada na escola deveria juntamente com a estrutura dos prédios escolares evidenciarem o progresso instaurado pela República.

[10] Esta frase constitui-se em uma espécie de epígrafe de *A Eschola Publica*, presente a cada número na primeira página, com destaque para a pequena mas significativa alteração Luz! Luz! Muita Luz! Dr. Caetano de Campos.

Caetano de Campos destaca esta necessidade em carta redigida ao redator da Instrução pública:

> pois bem: tenho prazer de annunciar aos paulistas que sua Capital vae ter em breve um palacete em tudo digno do seu elevado destino. Dentro em pouco a Escola Normal de São Paulo, a mais notável instituição do ensino primário que um Estado deve ter, vae possuir um edificio apropriado, devido ao Exmo. Sr. Dr. Prudente J. de Moraes Barros. Muito já têm os paulista de que orgulhar-se com estes primeiros esforços: seu dinheiro, acostumado a transformar-se em poeira no concerto repetido das estradas, vae desta vez consolidar-se nas paredes dum edifício que attestará ás gerações futuras que o primeiro influxo de liberdade elevou o coração paulista na nobre aspiração de educar seus conterrâneos. (CAETANO DE CAMPOS *apud* RODRIGUES, 1930, p. 202).

A idéia de instrução, na República, passa por diferentes concepções associadas ao imaginário que a república difundia e solidificava. A alfabetização do cidadão passa, então, a configurar a bandeira republicana no campo educacional, e a escola passa a ser vista como regeneradora destes cidadãos, que, já não são mais os imigrantes, e sim os membros das camadas populares, havendo, neste sentido, uma mudança de comportamento com relação aos imigrantes. Cabia aos republicanos a criação de um sistema de instrução pública que além de possibilitar os rudimentos básicos de instrução, ler escrever e contar desenvolvesse também a função de 'abrasileirar os brasileiros'. Para suprir esta necessidade foram introduzidos os conteúdos de Educação Moral e Cívica, História do Brasil, cantos nacionais e hinos nas classes infantis, tendo como objetivo introduzir conteúdos morais e patrióticos aos brasileiros e integrar o imigrante estrangeiro. Por meio da publicação analisada pode ser identificada a inserção e importância destes conteúdos, sendo acrescidos os hinos escolares na terceira fase da publicação, inclusive contendo as letras cifradas.

A crença no ideal de educação republicana está muito presente nas páginas da revista:

> Uma nova phase, porém, bruxolea-se para nossas escholas. O governo republicano quer educar o povo, o povo quer fortalecer a Republica educando-se, e os professores influenciados dessa corrente de vitalidade querem trabalhar. (*EP*, Editorial, n. 5, 1893).

Decorre do ideal republicano de educação a expansão da modalidade de ensino primário que resultou do crescimento demográfico e

imigratório, criando assim, uma demanda potencial de educação intensificada pelo processo de urbanização e industrialização. Esta expansão trouxe consigo a possibilidade de melhoria de emprego e de nível de vida[11].

São Paulo merece destaque neste contexto não apenas por ser o estado que produz e divulga a revista *A Eschola Publica*, mas também por ter influência modelar, na concepção e organização de um sistema de ensino voltado para as necessidades do sistema político, fazendo deste modelo uma espécie de manual sobre como se organizar a instrução pública no período, organizando inclusive missões de professores paulistas para divulgar este conhecimento sistematizado pelo Interior do Estado[12]. E é no período de 1890 a 1896, período no qual o ciclo de vida de *A Eschola Publica* se inscreve, que se constata o mais intenso esforço de racionalização político-administrativo no governo de São Paulo. Como parte deste processo organizou-se o ensino público paulista (REIS FILHO, 1981).

No discurso republicano podem ser apreendidas expressões que denotam em vários momentos a idéia de construção como, por exemplo, 'solidificar as bases', 'alicerces...', 'edificar as bases educacionais', dentre outras. Essas expressões dão uma idéia bem descritiva de como se instaurava o sistema republicano no Brasil, e de como este regime teve de se esforçar para instalar-se como regime político, pois como bem define Carvalho (1987), o povo assistiu a transição do Império para a República 'bestializado', sendo este movimento arquitetado pelas elites. Mas, segundo Rodrigues (1930, p. 429), "nosso progresso em matéria de ensino publico, a partir do advento da República, é um facto indiscutível: para negá-lo fôra mister cerrar os olhos à evidência ou dar provas de má fé."

[11] Sobre a expansão do ensino primário no período ver: COSTA, Ana Maria Catelli Infantosi da. 1980. *A educação em São Paulo na República Velha***:** a expansão do ensino primário. Dissertação (Mestrado) – FEUSP, São Paulo.

[12] Em estudo realizado com a Revista do Brasil, publicado em 1999, a historiadora Tania Regina de Luca, destaca em diversos momentos do seu texto a importância capital da cidade de São Paulo, no contexto cultural, político e econômico do início do século, configurando, segundo a própria autora "uma estrela solitária", pois "graças aos paulistas, era possível propor uma leitura redentora do passado, transformando no momento privilegiado de alargamento das fronteiras; do presente, pois a região constituía-se encorajador exemplo de prosperidade econômica; e do futuro, que passava a ser encarado com confiança. O Estado e sua dinâmica capital, tornavam-se então o modelo, grande farol que derramava sua possante luz sobre todo o país." (p. 298) Cf: DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (n) ação. São Paulo: Unesp, 1999.

DEMARCANDO ESPAÇOS DE ATUAÇÃO: A IMPRENSA PERIÓDICA COMO FONTE DE PESQUISAS E OBJETO DE ESTUDO

No âmbito da perspectiva histórica da educação os estudos com periódicos têm conquistado espaço e disseminado seus esforços de pesquisa com vigor pela área de História e Historiografia da Educação, consolidando, assim, um eixo temático de pesquisa que já consta de algumas pós-graduações no Brasil.

A necessidade e importância destes estudos centram-se basicamente na possibilidade de reaver, por intermédio de fontes primárias (revistas de ensino, manuais didáticos, jornais de circulação diária dentre outras) e da constituição do seu "ciclo de vida"[13], os ideais educacionais, culturais, políticos e sociais, presentes em uma sociedade, ou em determinados grupos sociais e a importância ou não da disseminação destes ideais para se atingir objetivos específicos.

Por meio das revistas pedagógicas é possível reescrever um determinado momento histórico com base em outros personagens, ou seja:

> menos centrado no papel do estado e dos grandes pedagogos e mais atento a riqueza das iniciativas locais, institucionais ideológicas, sócio-profissionais e também ao atendimento de expectativas de vez que, diferentemente do livro, a imprensa periódica é uma mídia interativa na orientação da qual os leitores participam de um modo ou de outro, quer escrevendo para ela, quer assinando-a ou deixando de fazê-lo. (CASPARD, 1993, p. 93 apud CATANI, 1994, p. 63).

Na análise de Vidal e Camargo, na realização de pesquisas envolvendo imprensa e impressos:

> lidamos com a pluralidade: diversas falas colorem a compreensão do período e indicam lutas diferenciadas, muitas vezes irrecuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros, fazendo-nos recuperar vieses que ficaram perdidos nas análises historiográficas posteriores (...) [ocultando] elementos que, na época da publicação das revistas eram preocupações correntes, e depois foram esquecidos, obliterados por outras questões. (1992:408)

O estudo ora apresentado pauta-se na análise do periódico educacional *A Eschola Publica*, publicação veiculada no período de 1893 a 1897. Essa

[13] Esta expressão foi utilizada inicialmente nos trabalhos de Denice Barbara Catani.

revista mostrou-se como uma publicação emblemática para o período ao qual ela está circunscrita período este rico na História do Brasil, marcado por acontecimentos que alteraram significativamente a estrutura social, política e econômica e assolado por uma efervescência de idéias educacionais. Segundo Nagle (1974), igualmente permeado por reformas de ensino e de estrutura político-social no país, e em específico no Estado de São Paulo.

Vale destacar, no tocante às iniciativas referentes a publicações periódicas, a observância de certa cronologia entre as publicações periódicas é a seguinte:

A Eschola Publica: 1893-1897;
Revista do Jardim da Infância: 1896-1897;
Revista Escolar: 1902-1918;
Revista Escolar: 1925-1927;
Revista Educação: 1927-1961.

Sobre a temática, Catani (1994) elabora uma série de reflexões sobre a constituição deste enquanto campo de pesquisa fazendo um retrospecto das produções a respeito do tema e destacando os trabalhos desenvolvidos nos centros de pesquisa do estado de São Paulo.

De acordo com as reflexões desenvolvidas por esta autora, o interesse pela temática não é novo. Pesquisas sobre imprensa periódica educacional, imprensa de ensino ou imprensa pedagógica como vêm sendo denominado, vêm sendo realizadas em meados de 1900 na França, e tem continuidade com os trabalhos de Pierre Caspard. Em Portugal podem ser citados os esforços de pesquisa de Antonio Nóvoa, direcionados para a elaboração de um repertório analítico da imprensa de ensino, além de trabalhos desenvolvidos na Bélgica, Itália e outros países da Europa.

No Brasil, e especificamente no estado de São Paulo, as iniciativas voltadas para a organização e sistematização da imprensa periódica educacional encontram em Carlos da Silveira e Antônio B. Amaral referências obrigatórias. Em 1929, Carlos da Silveira, segundo Catani (1994, p. 58), sistematiza:

> cronologicamente as primeiras revistas pedagógicas paulistas, desde o final do século XIX e fornece sobre elas dados básicos que permitem saber do seu tempo de duração, seus agentes responsáveis, temáticas predominantes e âmbito de circulação.
> Com base também neste artigo e no rol de publicações periódicas por ele descrito, tomou corpo a iniciativa deste trabalho de desenvolver a pesquisa sobre a publicação A Eschola Publica, contemplada por este autor como a primeira publicação periódica educacional do estado de São Paulo.

As revistas de ensino, em especial, constituem-se significativos dispositivos de difusão de documentos oficiais, contendo programas de ensino, livros indicados para uso nos trabalhos dos professores, textos de conferências, críticas de materiais didáticos, traduções de textos teóricos, relatos de experiências didático-pedagógicas e embates no campo educacional[14].

Os periódicos de circulação geral, embora não dediquem suas páginas especificamente às questões educacionais, veiculam informações pontuais acerca da organização da instrução pública, as quais permitem delinear as discussões que estavam sendo realizadas em determinados períodos, quais interesses orientavam a condução dos rumos da instrução pública. As orientações de Maria do Rosário Longo Mortatti (1999, p. 3) são elucidativas para a compreensão das múltiplas possibilidades de análise de textos em periódicos,

> o que confere singularidade a um texto é o conjunto de aspectos constitutivos de sua configuração textual, a saber: as opções temático conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?).

Percebemos que apesar das diversas abordagens e referenciais teóricos que embasam as pesquisas sobre imprensa periódica pedagógica, de ensino ou educacional, denominações que esta linha vem adotando, os trabalhos realizados tem preocupações investigativas muito semelhantes, tendo, em geral, como objetivo, o que Nóvoa sintetiza de modo esclarecedor:

> [a imprensa periódica] revelas as múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos, etc.) mas também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias pelas famílias pelas diversas instâncias,

[14] Sobre este aspecto, conferir a discussão apresentada por Mortatti entre paulistas e fluminenses, por ocasião da implantação de métodos de ensino de leitura e (não) adoção de cartilhas de João Kopke nas escolas paulistas. "Na carta a Barreto – resposta à entrevista com esse professor -, ressalta-se a indignação causada pelo tom de disputa em torno do método ideal para o ensino da leitura, o qual os professores paulistas julgam ter elaborado, desconsiderando, assim, tanto as cartilhas de Kopke quanto quaisquer outras iniciativas que se diferenciem do método ideal. Invocando as verdades científicas e a coerência lógica, Kopke opõe-se veementemente à proposta de adequação de suas cartilhas e as defende como contribuição para o aprendizado da leitura de todos os brasileiros." (MORTATTI, 2000, p. 121). Configura-se, pois, um dos vários campos de tensões e conflitos existentes no contexto educacional.

> de socialização de crianças e jovens (...) [mas também] que essa imprensa talvez seja o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática : o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas lustra uma das qualidades principais do discurso educativo que se constrói a partir de diversos atores em presença (professores, alunos, pais, associações).

Com base nestas reflexões, constata-se que revistas periódicas educacionais são segundo Catani (1994, p. 60):

> instâncias privilegiadas para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional.

Contribuindo para o alargamento da compreensão da amplitude das revistas periódicas educacionais, Catani fornece em seu texto indicações de outras publicações periódicas desenvolvidas em outros estados da federação, no mesmo período em que se desenvolve o ciclo de vida de *A Eschola Publica*, como por exemplo, Pará, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, representando assim a efervescência cultural, mencionada anteriormente, da qual fala Nagle (1974). Já no âmbito nacional, conta-se com a revista Pedagógica editada pelo *Pedagogium* (1890-1896) e posteriormente com a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944).

A publicação pedagógica *A Eschola Publica* insere-se nessa atmosfera intelectual empenhada na inovação educacional, mediante abordagem das questões do ensino das diferentes matérias do currículo escolar e na difusão do ideário republicano, cuja intencionalidade pode ser percebida no excerto que segue:

> fundamos uma revista e temiamos que ella não encontrasse elementos de vida num meio tão esteril como o da nossa terra. Inteiramente enganados andámos nós: o sucesso obtido excedeu á nossa expectativa e reconhecemos que o professorado publico póde e quer ter uma folha pedagogica pela qual possa conhecer em um momento dado o nosso adiantamento em materia de ensino. (*EP* n. 2, 1893).

De acordo com este breve esboço a respeito da imprensa periódica no estado de São Paulo, percebe-se que esta iniciativa editorial está inserida no conjunto de práticas perpetuadas para dar sustentação ao regime republicano de governo. *A Eschola Publica* aparece estruturada, neste período

como em sua edição inicial de 1893, contando com os recursos disponibilizados para o momento e com alguma ajuda de custo do governo federal, apresenta-se como portadora de um discurso inovador, conscientizador das políticas públicas voltadas para a instrução pública e veiculando textos que lhe atribuem o caráter de publicação periódica educacional: os artigos pedagógicos. Estes são também descritos em temas de acordo com as disciplinas do ensino preliminar, como na primeira fase, e tomam a forma de diálogos, personificando/exemplificando, na maioria das vezes, situações de sala de aula, nas quais o professor expõe um ponto da matéria e estimula os alunos a refletirem juntamente com ele, sobre as peculiaridades deste ponto.

O diálogo é descrito na primeira pessoal do plural (nós), o que confere aos textos uma maior proximidade com o seu interlocutor, a princípio, privilegiado, o professor, usando uma linguagem pouco científica, com termos acessíveis, os autores, cada um a seu modo, vão apresentando a sua contribuição para a melhoria da instrução pública.

O método de aula exposto nos textos aponta para uma pedagogia não-diretiva, a princípio, pois o professor conduz a aula, mas não detém sobre a sua pessoa todo o momento de exposição, utilizando para isso perguntas e respostas, hipoteticamente construídas pelos próprios alunos.

Outra característica interessante identificada na edição de 1896 são os anúncios, a divulgação de um tipo de catálogo de algumas editoras do período, no estado de São Paulo, especificamente da capital, constando autores, título, preços e endereços das editoras. Estes contam sempre nas páginas finais do número publicado, chegando a ocupar, de modo geral, de 3 a 5 páginas por número.

Na conclusão do número 01, os editores destacam sua própria iniciativa editorial, explicando algumas ocorrências que não puderam fazer com que a revista fosse completa: "Cremos que com os elementos que estamos chamando em nosso auxilio, o Estado de São Paulo tera uma revista pedagogica,. Na altura do desenvolvimento que o poder publico tem dado a instrucção." (*EP*. n. 01, 1896).

SOBRE O TRABALHO COM FONTES...

Um trabalho de pesquisa com uma fonte documental tão rica quanto um periódico não pode ser considerado conclusivo, ele pode e deve, ser elucidativo de aspectos desta fonte e se propor a enveredar por alguns

caminhos, temáticos e teórico-metodológicos que possibilitem ao autor e necessariamente ao leitor compreender o significado, a representatividade e a relevância de tal fonte para a área de abrangência na qual está inserida.

Neste caso em específico, o estudo do periódico *A Eschola Publica* pretendeu fazer emergir de um contexto tão significativo como foi a transição do regime de governo a iniciativa de professores paulistas de 'ensaiar uma publicação pedagógica' que, segundo eles era necessária para o alargamento e compreensão de questões emblemáticas para o momento, como se pode perceber a homogeneização dos métodos de ensino, a organização de um sistema educacional, a profissionalização docente, a veiculação dos ideais pedagógicos, conferindo aos editores da publicação legitimidade no campo educacional, contribuindo também para a autonomização deste campo em fase de formação - o campo de atuação docente.

Este periódico contribuiu com uma pequena parcela de informações, mas que aliadas a todas as outras que integram o quadro de referências de produções acadêmicas e científicas da área de história da educação nos fazem compreender o processo histórico, estabelecendo assim um fio condutor do que faz parte da nossa história imediata com a história apreendida e representada pelo periódico.

Recebido em 10/08/2008
Aceito em 29/09/2008

REFERÊNCIAS E FONTES

FONTES

A Eschola Publica. São Paulo: Tipographia Hennies & Winniger. 1893-1894, 1895, 1896-1897.

REFERÊNCIAS

ANTUNHA, H. C. G. *A instrução pública em São Paulo*: a reforma de 1920. São Paulo: FE-USP, 1976. (Série Estudos e Documentos).

BASTOS, M. H. C. Apêndice – A imprensa periódica no Brasil de 1808 a 1994. In CATANI, D. B. (org.). *Educação em revista*: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 173-187.

CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CATANI, D. B. *Educadores à meia-luz*: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1902-1919. 1989. Tese (Doutorado em Educação) – FEUSP, São Paulo.

CATANI, D. B. *Ensaios sobre a produção e circulação dos saberes pedagógicos*. São Paulo, 1994. Tese (Livre Docência) – FEUSP, São Paulo.

CATANI, D.B.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). *Educação em revista*: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

COSTA, Ana Maria Catelli Infantosi da. *A educação em São Paulo na República Velha*: a expansão do ensino primário. 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – FEUSP, São Paulo.

DEGANI, M. T. *Aspectos mais significativos da instrução no estado de São Paulo na 1ª década republicana*. 1973. Tese (Doutorado em Educação) – FFCL. Araraquara-SP.

MONARCHA, C. *Escola Normal da Praça*: o lado noturno das luzes. Campinas/SP: UNICAMP, 1999.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. *III Simpósio de Filosofia e Ciências*, UNESP/Marília, 1999 (mimeo).

_____. *Os sentidos da alfabetização* (São Paulo/1876-1994). São Paulo: UNESP/CONPED, 2000.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República***.** São Paulo: EPU, 1974.

NÒVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B. (Org.). *Educação em revista*: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-31.

NÓVOA, António (dir.) *A Imprensa de Educação e Ensino*: repertório analítico (séculos XIX-XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992.

PINTO, Adriana Aparecida. *A Eschola Publica*: um estudo da pedagogia paulista no século XIX (1893-1897). 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Filosofia, UNESP, Marília-SP.

POLIANTEIA Comemorativa do Centenário do Ensino Normal em São Paulo: 1846-1946.

REIS FILHO, C. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

RELATÓRIOS da Inspectoria da Instrução Publica do Estado de São Paulo. 1892-1897.

RODRIGUES, J. L. *Um retrospecto*: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930.

SILVEIRA, C. Apontamentos para uma história do ensino público em São Paulo: revistas de ensino. *Revista Educação*, n. 3. vol. VII, jun. 1929.

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização*: um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no estado de São Paulo: 1890-1910. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica; estudos sobre o Boletim de educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1992). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 73, n. 175, set./dez. 1992.